

## O AGRO É TECH? O AGRO É POP? O AGRO É TUDO? UMA ABORDAGEM CONSIDERANDO ASPECTOS DO PLURALISMO ECONÔMICO.

Edílson Bezerra das Chagas<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho diz respeito a uma reflexão sobre o agronegócio e de que forma que este tema tem sido tratado, em especial considerando como correntes diferentes de pensamento econômico como a escola marginalista, com foco no lucro e como a escola institucionalista, com foco dos impactos no consumo e nos cuidados com o meio ambiente, podem refletir olhares diferentes e plurais sobre o mesmo assunto. O estudo de um breve histórico sobre o agronegócio e suas características no Brasil ajuda a entender o seu funcionamento e como vem se desenvolvendo ao longo dos últimos anos. Conclui-se que os conceitos de pluralismo podem ser utilizados na avaliação do agronegócio e percebe-se que não só as escolas de pensamentos econômicos como também o *mainstream*, de algum modo refletem o pensamento hegemônico e que refletir sob óticas diversas ampliam o conhecimento e estimulam o pensamento crítico.

**Palavras-chaves:** agronegócio; pluralismo; economia; marginalista; institucionalista.

### 1 INTRODUÇÃO

É inegável não só a vocação do Brasil para o agronegócio, como também a dádiva de se ocupar região tão privilegiada no globo terrestre. Sol, solo fértil e água em abundância, tornam este “país-continente” promissor e cobiçado ao mesmo tempo.

As formas de se aproveitar estas benesses podem ser observadas por diferentes pontos de vista e poderia surgir a seguinte pergunta: Somos plurais ao abordar o tema do agronegócio?

O agronegócio compreende uma vasta cadeia produtiva que envolve insumos, mão de obra, expertise, máquinas, financiamentos, armazenagem, comercialização, logística e consumo.

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade São Judas Tadeu. Professor coordenador do Centro Universitário Paulistano. Email: edilson.chagas@unipaulistana.edu.br.

Talvez aqui se inicie um debate tratado por Kellert; Longino; Waters; Feigl (2006), onde sugerem como ponto de partida uma abordagem interdisciplinar como caminho para o pluralismo, ou seja, além dos importantes aspectos econômicos, aspectos políticos, sociais, de preservação do meio ambiente e geração de energia alternativas e renováveis poderiam estar presentes nestas discussões.

Segundo Colander (2010) é importante acrescentar qualidade e diversidade ao espaço das ideias, para que não fiquem presas a elas mesmas e atribuindo as outras metodologias análises superficiais e simplificações de um pensamento predominante.

Considerando a amplitude do tema, este estudo visa identificar aspectos relacionados as abordagens pluralistas tanto considerando o pensamento hegemônico como outras correntes de pensamento que abordem o tema do agronegócio. Este estudo pretende também apresentar análises estatísticas que podem contribuir para o aprofundamento do tema.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO E CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O AGRONEGÓCIO.**

O agronegócio movimentava muito setores diferentes da economia e em seu sentido mais amplo engloba diferentes operações como produção e distribuição de suprimentos, unidades agrícolas (áreas agriculturáveis), armazenamento, processamento e distribuição e tem ocupado espaço global destacado, o chamado *agribusiness* (Mendes, 1998).

Considerar aspectos econômicos e sociais e pensar na riqueza proveniente da terra tornam-se fundamentais para ampliação dos conhecimentos. As questões envolvendo o cultivo e a utilização dos recursos naturais, e sua importância no desenvolvimento da economia são antigas. Petty em 1691 fez uma analogia relativa entre ao valor do trabalho e da terra onde o trabalho seria o pai e a terra seria a mãe da riqueza, demonstrando o interesse dele pela produção e pelo valor do trabalho (Brue, 2005). Quesnay em 1758 já descrevia de forma esquemática as relações que existiam entre os proprietários de terra (classe proprietária), fazendeiros (classe produtiva) e os mercadores (classe estéril) descrevendo como os gastos e as receitas seguiam uma ordem harmônica e natural (Brue, 2005). Smith em 1776 aprofunda a questão do valor de troca atribuindo não somente o trabalho, mas também o capital,

as matérias primas e a terra, como fatores importantes na determinação do preço representados pelo salário, lucro do capital e pela renda da terra (Drouin, 2005). Marx em 1894 descreve o processo da produção fundiária a partir do modo capitalista de produção onde a parte menos evoluída da sociedade aplica os métodos científicos de agronomia e agrega ao processo seu trabalho e para o proprietário a terra significa uma forma permanente de receitas<sup>2</sup>. Furtado 1967 trata sobre as tipologias das estruturas agrárias onde aborda as relações entre a população rural, a terra, o produto deste trabalho e as diferenças entre a agricultura de subsistência, a agricultura comercial e o avanço tecnológico. Furtado distingue também outros dois modelos de agricultura (tradicional e moderna), onde o que as diferencia basicamente é a utilização de tecnologia (Furtado; Celso, 2000).

### **3 O AGRONEGÓCIO NO BRASIL**

O agronegócio no Brasil exige, não somente reflexões, mas também ações como política social, econômica, investimento em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. Apesar destas carências e da crescente profissionalização das tarefas ligadas ao agronegócio, boa parte de sua base produtiva esta concentrada em afazeres rurais e desdobra seu processo em diferentes atividades econômicas como produção, processamento, armazenamento e comercialização, tanto para abastecer o mercado interno como para o mercado externo. Mendes e Padilha Junior (2007, p 18-19), chamam este processo de sistema de coordenação que envolve a produção, a distribuição e o consumo, pois consideram estas atividades interdependentes e alterações em qualquer uma destas etapas podem provocar efeitos, positivos ou negativos e toda a cadeia produtiva.

O Produto Interno Bruto (PIB) sempre traz informações relevantes quanto a distribuição da atividade econômica do país. Desde 2011 o Brasil vem sofrendo quedas consecutivas no PIB em boa parte devido aos reflexos da crise global de 2008.

---

<sup>2</sup> Marx inclui ainda a figura do arrendatário que paga um aluguel ao proprietário da terra, e que este arrendatário contrata os trabalhadores que de que se extrai a mais valia. Marx, Karl, O Capital, livro 3 volume 6, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008 p. 285-288 (primeira edição 1894).

Observando o Produto Interno Bruto (PIB), dos últimos 22 anos, a valores correntes (tabela e gráfico a seguir), os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços – bem como os impostos, líquidos de subsídios, percebemos crescimento a partir do início dos anos 2000, com especial destaque para o setor de serviços. Os setores de indústria e impostos apresentaram elevação mais discreta e o setor de agropecuária foi o que apresentou crescimento menos relevante. Por outro lado, quando comparamos crescimento em relação ao período anterior, observamos que o agronegócio foi altamente impactado pela sazonalidade, porém apresenta crescimento mais relevante em relação a outros setores.

Tabela 1 – Produto interno bruto (PIB) 1995 a 2017

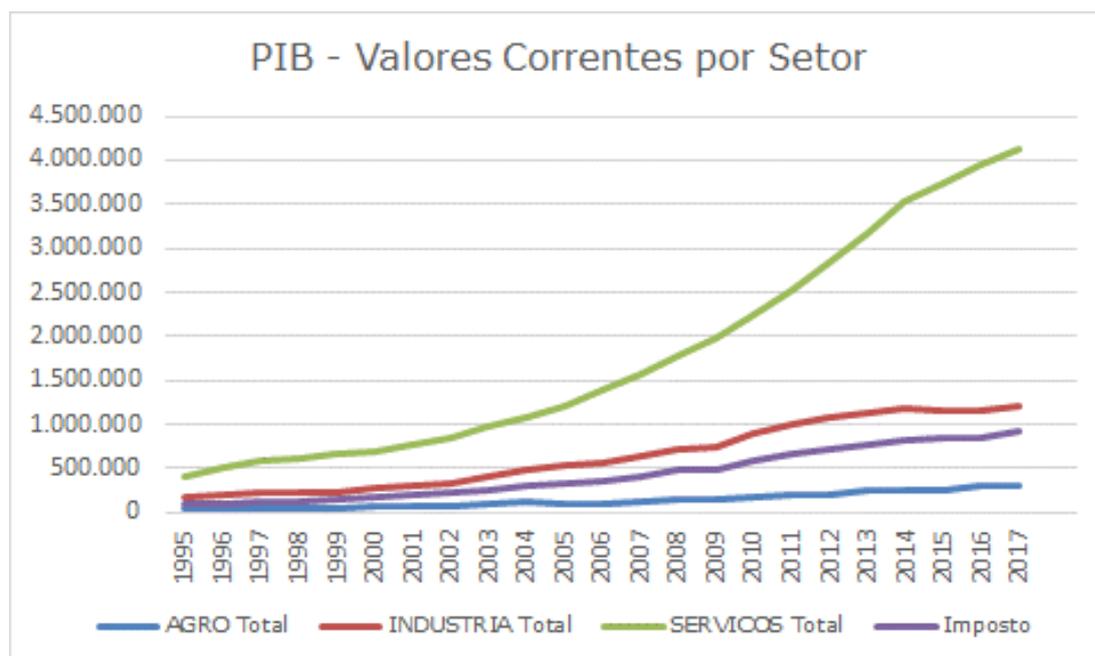
PIB Valores Correntes												
(1.000.000 R\$)												
Período	AGRO	INDUSTRIA	SERVICOS	Imposto	PIB Total	Período	Variação % em relação ano anterior					
							Agro	Industria	Serviços	Imposto	PIB Total	
1995	35.382	165.071	410.332	95.206	705.992	1995						
1996	40.759	190.955	515.584	107.466	854.764	1996	15,20	15,68	25,65	12,88	21,07	
1997	44.606	215.116	577.020	115.346	952.089	1997	9,44	12,65	11,92	7,33	11,39	
1998	47.612	221.708	612.623	120.408	1.002.351	1998	6,74	3,06	6,17	4,39	5,28	
1999	50.535	236.541	654.841	145.793	1.087.710	1999	6,14	6,69	6,89	21,08	8,52	
2000	56.962	275.871	698.493	167.766	1.199.092	2000	12,72	16,63	6,67	15,07	10,24	
2001	63.170	297.881	759.371	195.334	1.315.755	2001	10,90	7,98	8,72	16,43	9,73	
2002	81.515	334.908	853.792	218.573	1.488.787	2002	29,04	12,43	12,43	11,90	13,15	
2003	105.949	396.569	968.200	247.233	1.717.950	2003	29,97	18,41	13,40	13,11	15,39	
2004	110.913	475.863	1.075.206	295.769	1.957.751	2004	4,68	20,00	11,05	19,63	13,96	
2005	100.958	524.686	1.217.175	327.766	2.170.585	2005	-8,98	10,26	13,20	10,82	10,87	
2006	105.294	567.281	1.376.715	360.160	2.409.450	2006	4,30	8,12	13,11	9,88	11,00	
2007	120.152	629.071	1.570.305	400.735	2.720.263	2007	14,11	10,89	14,06	11,27	12,90	
2008	142.051	717.907	1.766.519	483.325	3.109.803	2008	18,23	14,12	12,50	20,61	14,32	
2009	149.213	729.222	1.971.328	483.277	3.333.039	2009	5,04	1,58	11,59	-0,01	7,18	
2010	159.932	904.158	2.238.750	583.007	3.885.847	2010	7,18	23,99	13,57	20,64	16,59	
2011	190.024	1.011.034	2.519.403	655.921	4.376.382	2011	18,82	11,82	12,54	12,51	12,62	
2012	200.695	1.065.682	2.827.882	720.501	4.814.760	2012	5,62	5,41	12,24	9,85	10,02	
2013	240.290	1.131.626	3.181.844	777.859	5.331.619	2013	19,73	6,19	12,52	7,96	10,73	
2014	249.975	1.183.094	3.539.665	806.219	5.778.953	2014	4,03	4,55	11,25	3,65	8,39	
2015	258.967	1.160.772	3.735.862	840.186	5.995.787	2015	3,60	-1,89	5,54	4,21	3,75	
2016	306.163	1.144.111	3.957.736	851.218	6.259.228	2016	18,22	-1,44	5,94	1,31	4,39	
2017	299.469	1.211.986	4.137.102	911.384	6.559.940	2017	-2,19	5,93	4,53	7,07	4,80	

Fonte: Autor adaptado IBGE 1995-2018.

Os gráficos a seguir foram construídos com as informações obtidas na tabela anterior e tem objetivo de demonstrar estas mesmas informações por dois prismas: relevância dos setores em relação a composição do PIB e crescimento percentual de um ano para o outro<sup>3</sup>.

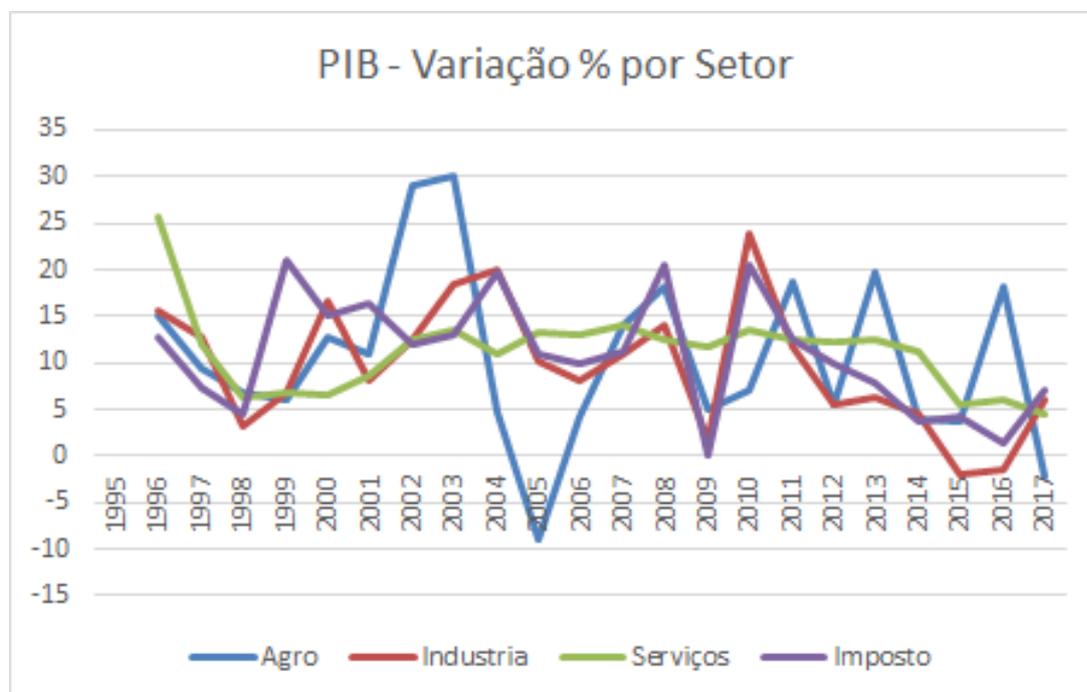
<sup>3</sup> Em que pese o fato de vocação do Brasil para o agronegócio as informações demonstram claramente um movimento de desindustrialização, uma migração do país para uma economia de serviços e como o agronegócio aumenta sua produtividade pelas “super safras” ou pelo crescimento e que talvez este crescimento é que justifique o bordão: O Agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo.

Gráfico 1 – PIB valores correntes por setor



Fonte: Autor com dados do IBGE 1995-2018.

Gráfico 2 – PIB variação % por setor



Fonte: Autor com dados do IBGE 1995-2018.

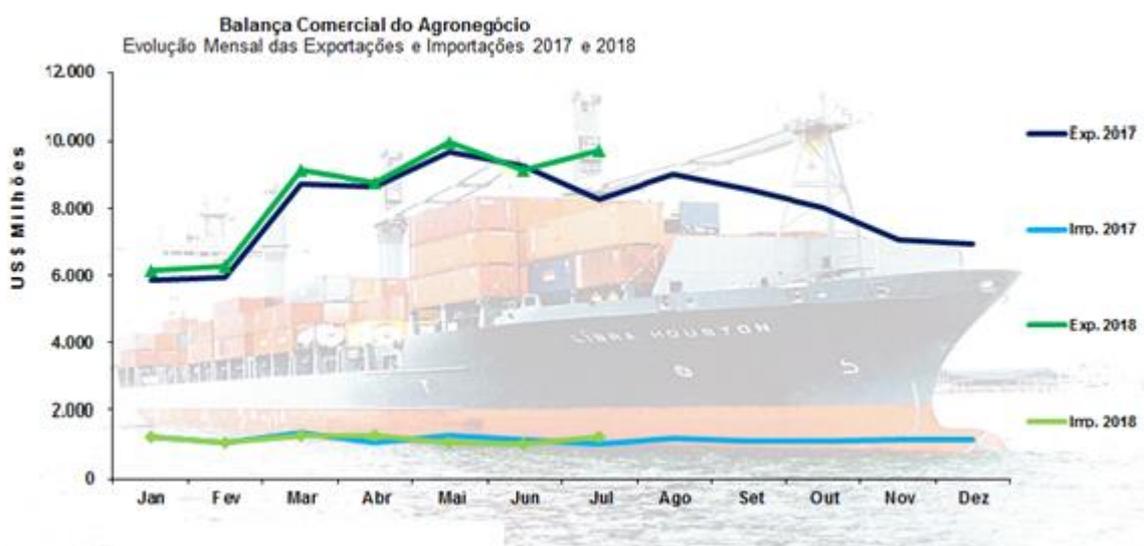
As exportações brasileiras do agronegócio subiram de US\$ 56,39 bilhões para US\$ 59,2 bilhões entre janeiro e julho de 2018 (+5%), valor recorde de toda a série

histórica (1997-2018) para o período, conforme o Boletim da Balança Comercial do Agronegócio divulgado pela Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CNA, 2018).

Os avanços tecnológicos alcançados pelo Brasil têm refletido diretamente no aumento da produtividade nos últimos anos, e podem ser percebidos na integração de vários sistemas desde a transformação da matéria-prima utilizada diretamente na produção ou transformadas em insumos até o manuseio, proteção contra pragas e armazenagem (Reis; Neto, 2018).

Vejamos a seguir algumas informações sobre a importância do agronegócio no Brasil. A princípio observaremos a evolução da balança comercial nos anos de 2017 e 2018.

Gráfico 3 – Balança comercial do agronegócio 2017 e 2018



Fonte: Portal Gov.br – Ministério da Agricultura e Pecuária (2018)

Em julho de 2018, as exportações do agronegócio brasileiro atingiram US\$ 9,73 bilhões, cifra que superou em 17,8% o valor de julho de 2017 e foi a maior já registrada para meses de julho. O aumento foi decorrente de uma elevação de 14,0% em quantidade e de 3,4% no índice de preço. O montante alcançado representou 42,5% das vendas externas totais do Brasil nesse mês, que somaram US\$ 22,87 bilhões. Do lado das importações, apontou-se crescimento de 20,5% sobre julho de 2017, alcançando US\$ 1,26 bilhão. O crescimento foi de 18,7%, e no índice de preço, 1,5%.

Diante desses números, o superávit do agronegócio brasileiro chegou a US\$ 8,46 bilhões, saldo recorde para meses de julho (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Balança Comercial do Agronegócio – Julho/2018)<sup>4</sup>.

Apesar dos números demonstrarem o crescimento e a importância do agronegócio, desde o golpe de 1964 a reforma agrária, que poderia ser um instrumento importante para a geração de emprego e renda, que ocorreu na maioria dos países desenvolvidos, não avançou e nem encontrou suporte político no Brasil para sua efetiva implantação (Reydon e Ramos, 1996). Temas como este ficaram totalmente fora de políticas efetivas de governo, talvez o que Lee (2011) classificou com blasfêmia, por ser totalmente contra o pensamento e práticas hegemônicas e mais que isto, permaneceu fora de todo o debate político e social.

#### **4 DOIS OLHARES SOBRE O AGRONEGÓCIO**

Além destes aspectos ligados a produção, que por si só já representam uma potencialidade extraordinária, quando relacionado a alimentação e trabalho, o agronegócio tem espaço de destaque no mercado financeiro global com diferentes opções de financiamento das mais variadas fontes: governos, bancos, mercado de contratos futuros e derivativos.

A utilização de diferentes tipos de mercado faz todo o sentido quando se pensa no agronegócio, pois aos aspectos amplamente conhecidos como fatores de produção terra, capital e trabalho se somam outros componentes como tecnologia de pesquisa, novas máquinas e equipamentos, transformando o agronegócio em uma atividade complexa, que demanda uma quantidade crescente de recursos financeiros para mantê-la competitiva no mercado global. Sendo assim fontes de financiamento são necessárias e alternativas surgem de diferentes formas, como linhas de crédito, subsídios governamentais, mercados futuros, dentre outros.

Segundo Bacha (2004, p. 33-38) existem alguns instrumentos de política econômica que afetam diretamente este setor e que se materializam através de decisões sobre a tributação (impostos e taxas) e gastos (isenções e incentivos fiscais)

---

<sup>4</sup> Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/estatisticas-do-agronegocio/Julho2018.docx/view>

das esferas do poder público (federal, estadual e municipal), pensados exclusivamente para desenvolver o setor de agronegócios.

Segundo Mendes e Padilha (2010, p. 303-305) a complexidade das etapas do processo produtivo, os riscos e as incertezas podem afetar drasticamente os resultados esperados pelos produtores, além do fato de que estes resultados ocorrem somente no futuro e as necessidades de financiamentos (grãos, insumos, máquinas e equipamentos) ocorrem no momento presente, surgindo então uma possibilidade de recebimento no futuro, que tem valor e local para ser negociado no mercado a vista (compra e venda no ato), no mercado futuro (venda no a preço negociado no futuro) e no mercado de opções (paga-se uma parte do valor negociado ou o prêmio para no futuro ter o direito e não a obrigação da compra de ações).

Mesmo nos países da Europa as preocupações com os investimentos em pesquisa e tecnologia têm ganhado espaço e passado por mudanças significantes no tocante ao provisionamento da produção, do aumento da eficiência, especialização e maximização da utilização dos recursos (Brouwer, 2008).

Se o agronegócio tem estas potencialidades por que não afloram e despontam no Brasil e outros países, em especial os subdesenvolvidos, como um salto para o futuro capaz de auxiliar na redução das desigualdades sociais?

Novamente o pluralismo econômico pode ajudar a pensar esta questão ao trazer para o centro do debate as escolas do pensamento que demonstram as regras do jogo. Ao associar o pensamento hegemônico (*mainstream*), onde as ideias que são mantidas por aqueles indivíduos dominam as principais instituições acadêmicas, organizações, meios de comunicação (Colander; Holt; Rosser Jr., 2004), observa-se que o agronegócio é tratado como um “big business”. Além destes aspectos é estratégico pelos empregos que gera e os alimentos que fornece para o mercado interno e externo.

Talvez aspectos relacionados ao monismo abordado por Sent (2006), em seu capítulo sobre o pluralismo na economia mostre um pouco sobre como os aspectos individuais estão relacionados aos mercados competitivos degenerando as premissas do equilíbrio geral de Walrs e Pareto, onde situações específicas estabelecem as regras.

#### 4.1 A escola marginalista

À medida que o tempo passava as análises e constatações dos economistas clássicos não eram mais suficientes para interpretar os novos paradigmas que surgiam. O pensamento econômico não era uniforme na Europa do século XIX, embora hegemônico na Inglaterra, pensadores como Ricardo e Mill não influenciavam tanto os franceses, mais influenciados por Say e também eram criticados pelos alemães, mais influenciados por Rochester e List (Feijó, 2001). A escola marginalista surge nas últimas décadas do século XIX, tendo como pensadores mais influentes Jevons, Menger, Von Wiser, Marshall, especialmente para refletir sobre problemas sociais e econômicos. As questões ligadas ao sindicalismo e as interferências governamentais aumentavam os custos de produção e os marginalistas eram contra estes mecanismos.

Os marginalistas ressaltam a importância da imparcialidade e retomam visões associadas a escola clássica, incentivando a distribuição de mercado, menos interferência do governo e criticando os regimes com premissas socialistas.

Os recursos econômicos e técnicos necessários para o desenvolvimento do agronegócio no Brasil também se expandiram, e a demanda passou a ser não somente de matéria prima e mão de obra, mas também de insumos, equipamentos e técnicas, que por sua vez demandavam recursos financeiros para as novas tecnologias. Observando por este ângulo o agronegócio se torna cada vez mais oneroso e as perspectivas de aumento das margens de contribuição do segmento ficam comprometidas. A globalização e as necessidades de atender consumidores do mundo todo tornam o Brasil um grande exportador de *commodities* e as atividades ligadas ao agronegócio ganham destaque. A escola marginalista traz elementos compatíveis com o agronegócio, pois busca alocar os recursos de forma eficiente e tende a reduzir o intervencionismo do governo.

Brue (2005, p. 213-217) destaca ainda como dogmas da escola marginalista o foco na margem de lucro, ampliando a visão de Ricardo sobre a teoria da renda; ênfase na microeconomia, onde as pessoas físicas e as empresas tornam-se protagonistas em lugar dos grandes agregados macroeconômicos; a ênfase na livre concorrência, ocupada por muitos empreendedores, inúmeros compradores e produtos homogêneos.

A escola marginalista resgata princípios ortodoxos da escola clássica em contraponto ao socialismo e contribui para as análises econômicas, formação de políticas e ferramentas para tornarem-se mais exatas.

## 4.2 A Escola institucionalista

Embora a escola institucionalista tenha sofrido críticas devido a falta de aplicação dos modelos matemáticos e econométricos, tem reconquistado espaço em especial por trazer em suas análises os aspectos relacionados a abordagens amplas que não separam a economia da realidade social e a importância de se considerar os impactos da tecnologia dinâmica e as influências das instituições predominantes em especial o estímulo ao consumo em razão do que Veblen chamou de “exibição emulativa” tomando como parâmetro o consumo da classe dominante (Pinho; Benevides, 2012).

Incluir as questões relacionadas a como os seres humanos se relacionam com a natureza vai ao encontro de como o agronegócio se desenvolve, como evolui e os impactos que gera no meio ambiente. A própria escola institucionalista destaca que a atividade econômica não trata apenas de ações que desejam ampliar os lucros, deve incluir em sua pauta o bem-estar das instituições que podem ser as famílias, as escolas, as empresas, as leis, entre outras.

Esta obsessão pelo lucro pode ser encontrada nas observações de Veblen sobre quanto o consumo, como em grande medida visa estimular as aparências ou o “meio prático de impressionar os observadores, é a demonstração ininterrupta de nossa capacidade de pagar”<sup>5</sup>. Esta relação do consumo com o poder leva a sociedade como um todo a pressionar a produção de mais bens e serviços, pressionando de forma exacerbada a utilização dos recursos naturais.

A escola institucionalista apresenta também aspectos relacionados aos conflitos de interesses entre grupos como grandes empresas contra as pequenas ou fazendeiros contra moradores da cidade, ressaltando sua preocupação com relação ao liberalismo da teoria ortodoxa que levava o sistema econômico ao monopólio e a distribuições desiguais dos bens e da renda.

---

<sup>5</sup> Veblen aponta que as tendências do desenvolvimento aumentam não só o ócio mais também o consumo. Veblen, Thorstein. A teoria da classe ociosa, São Paulo: Pioneira, 1965, p. 90-91.

Brue (2005, p. 367- 370) destaca ainda como dogmas da escola institucionalista a perspectiva holística, pois a economia deve ser observada como um todo; a ênfase nas instituições, por estes grupos possuem comportamentos e necessidades específicas (sindicatos, instituições de crédito, seguridade social, etc), entre outros.

A escola institucionalista ao se debruçar sobre estas questões de algum modo contrapõe também a escola marginalista e neoclássica em especial aos conceitos relacionados a teoria da utilidade marginal, das escolhas racionais dos consumidores, pois as ações e comportamentos coletivos são maiores que a soma das partes e refletem processos da sociedade como um todo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do pluralismo em economia tem espaço para se desenvolver nas mais diversas áreas e abordando os mais variados assuntos. É interessante pensar que o pensamento hegemônico ou *mainstream*, permeia nosso cotidiano e como muitas vezes não se tem a oportunidade do contraponto ou das opiniões divergentes. O agronegócio é um exemplo muito típico de dominação cultural e massificação da opinião pública. O pluralismo que nos levaria a revelar forças e fraquezas das mais variadas abordagens sede espaço ao monismo e ou ao caminho único.

Considerando que a agronegócio representa um setor de crescimento relevante do Produto Interno Bruto do país e também uma fonte fundamental tanto no fornecimento de alimentos como da geração de empregos, percebe-se que não são considerados fatos e aspectos relevantes ao estabelecer políticas econômicas, sociais e programas de incentivo a pesquisa ao considerar as potencialidades do setor, como distribuição de renda e reforma agrária. Ou ainda pesquisa e tecnologia para produção de insumos, máquinas, equipamentos em nossas universidades. Ao contrário de países com a Índia o Brasil tem população escassa em relação ao seu território, apresentando um potencial imenso para o desenvolvimento deste setor, geração de postos de trabalho, desenvolvimento econômico, social e aproveitamento efetivo deste potencial produtivo. Em conjunto com outros setores como indústria e serviços, o agronegócio pode sim significar importante fonte desenvolvimento para o Brasil.

## REFERÊNCIAS

BROUWER, Floor (Ed.). **Sustainable land management: strategies to cope with the marginalisation of agriculture**. Edward Elgar Publishing, 2008.

BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Thomson, 2005.

COLANDER, David. Moving beyond the rhetoric of pluralism. **Economic pluralism**, v. 122, p. 36-47, 2009.

CNA 2018 – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil. Central de comunicações, 2018. Disponível em: <http://www.cnabrazil.org.br/noticias/agro-registra-recorde-de-us-592-bi-em-vendas-externas-desde-janeiro>. Acesso em: 15 ago. 2018.

COLANDER, D.; HOLT, R.; ROSSER, J. B. The Changing Face of Mainstream Economics. **Review of Political Economy**, v. 16, n. 4, p. 485–499. 2004.

DROUIN, Jean-Claude. **Os grandes economistas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FEIJÓ, Ricardo. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 2001.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e terra, 2000.

KELLERT, Stephen H.; LONGINO, Helen E.; WATERS, C. Kenneth (Ed.). **Scientific pluralism**. U of Minnesota Press, 2006., p. vii-xxviii.

LEE, Frederic S. The Pluralism Debate in Heterodox Economics. **Review of Radical Political Economics**, v. 43, n.4, 2010. p. 540–551

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro terceiro : o processo de global de produção capitalista, volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 823-1230.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia agrícola: princípios básicos e aplicações**. 2. ed. Curitiba: ZNT, 1998.

PINHO, Benevides Diva (Org.). **Introdução à economia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

PORTAL Gov.br – Ministério da Agricultura e Pecuária. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/estatisticas-do-agronegocio/Julho2018.docx/view>. Acesso em: 15 ago. 2018.

REIS, João Gilberto Mendes dos; COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira (Org.). **Engenharia de produção aplicada ao agronegócio**. São Paulo: Blucher, 2018.

REYDON, Bastiaan; RAMOS, Pedro; HERRERA, Adriana. **Mercado y políticas de tierras: experiencias en la América Latina**. Universidade Estadual de Campinas, 1996.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Pioneira, 1965.